

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**Discente: Graciela Vilela Pereira**

**Orientação: Profa. Dra. Dilza Porto Gonçalves**

**O Projeto Colonial: as Mulheres na América Latina.**

Campo Grande-MS

2024

Graciela Vilela Pereira

**O Projeto Colonial: as Mulheres na América Latina.**

Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, orientado pela profa. Dra. Dilza Porto Gonçalves, concluído em 2024/2.

CAMPO GRANDE – MS  
2024

## **Resumo**

O presente trabalho analisa como o projeto colonial europeu (séc. XVI-XIX) na América Latina impactou as mulheres através da transformação das relações de identidade e da definição de uma divisão sexual do trabalho. Realizado com base em uma revisão bibliográfica, destaca-se o debate entre conceitos diversos, de maneira que possibilitam revisitar a história da colonização da América Latina através de um pensamento descolonial e feminista, questionando o eurocentrismo e as estruturas patriarcais e racistas. Utiliza-se o conceito de colonialidade para observar a conexão entre as opressões de raça e gênero na atualidade a partir de suas construções enquanto processos históricos. A análise visa, assim, compreender e resistir às heranças coloniais, suas implicações e consequências na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Colonização; Gênero; Raça; América Latina.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>6</b>
<b>Reflexões sobre a situação atual da mulher latino-americana.....</b>	<b>10</b>
<b>O projeto colonial.....</b>	<b>12</b>
<b>Impactos da Colonização nas Mulheres da América Latina.....</b>	<b>18</b>
<b>Resistências femininas.....</b>	<b>31</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>34</b>
<b>Referências.....</b>	<b>37</b>

## **Introdução**

O presente trabalho possui o objetivo de compreender de que forma o projeto colonizador europeu, ocorrido entre os séculos XVI e XIX, se impôs sobre as mulheres e as culturas tradicionais indígenas e africanas e como isso interferiu na construção identitária e na definição dos papéis de gênero na América Latina. O projeto colonial consiste no processo de invasão dos europeus às Américas, durante o qual impuseram todo um aparato de dominação cultural, político e religiosa, transformando o modo de vida de diversos povos, objetivando-se na pesquisa compreender como essa transformação impactou as mulheres, os entrelaçamentos entre as opressões de raça e gênero, e a permanência de uma estrutura patriarcal e racista através da colonialidade.

A justificativa da pesquisa se dá pela extrema relevância social do tema no momento atual, no contexto de urgência da crise climática, também social e política, em que observa-se a intensificação das desigualdades sociais e de processos de colonização ao redor do mundo, afetando diretamente as mulheres.

No contexto histórico do início da idade moderna, a Europa se divide em Estados Absolutistas, no qual o rei tem poder absoluto, e passa por diversas transformações, como o renascimento científico e o iluminismo, com inovações tecnológicas que permitem maior contato com o mundo. O europeu nesse momento olha para as outras civilizações se considerando enquanto patamar mais avançado da humanidade, numa lógica de temporalidade contínua, unidirecional e linear das espécies, dividindo a sociedade em dicotomias como racional/irracional, primitiva/civilizada, tradicional/moderna e, também, homem/mulher. Logo, a lógica moderna é patriarcal, individualista e costuma criar hierarquias e posicionar um “Eu” contra um “Outro”<sup>1</sup>.

Assim sendo, para Federici, durante a colonização, introduz-se uma espécie de divisão sexual do trabalho na América, na qual aos dois sexos são atribuídos valores diferentes, sempre com o masculino superior ao feminino, justificando a exploração de ambos. Nessa lógica, os homens europeus ocidentais foram os autores das principais construções conceituais, e se estabeleceu uma divisão simbólica entre homens e mulheres, dada como biológica, estabelecendo o privilégio masculino. Para Ana Maria Colling,

---

<sup>1</sup> Informações extraídas do caderno de bordo da disciplina História Moderna I, ministrada pela Profa. Dra. Dilza Porto Gonçalves no primeiro semestre de 2022. Aula do dia 14 de Março de 2022.

A História sempre foi uma profissão de homens que escreveram a história dos homens, apresentada como universal, na qual o “nós” é masculino e a história das mulheres desenvolve-se à sua margem. Estes homens descreveram as mulheres, foram seus porta-vozes, e com este procedimento as enclausuraram, tornando-as invisíveis. Esta maneira androcêntrica de identificar a humanidade com os homens e de fazer das mulheres seres menores, a meio passo dos homens e das crianças, é muito antiga – remontando à cultura grega. É uma história hierarquizada em que os dois sexos assumem valores diferentes e o masculino aparece sempre como superior ao feminino. Foram os homens os autores das grandes construções conceituais. Este universalismo que negou a diferença entre os sexos, ou melhor, que estabeleceu uma divisão simbólica dos sexos, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos (Colling, 2014, p. 12)

O trecho destacado por Colling pode ser diretamente relacionado ao processo de colonização da América, onde a construção histórica foi amplamente dominada por perspectivas masculinas e eurocêntricas. A narrativa colonial retratou os colonizadores europeus como protagonistas universais da história, enquanto os demais grupos – incluindo mulheres, indígenas e africanos escravizados – foram relegados à invisibilidade ou à marginalização nas narrativas históricas. Durante a colonização da América, as mulheres eram frequentemente vistas por meio de uma ótica androcêntrica, sendo representadas de forma estereotipada, seja como figuras subalternas no contexto europeu, seja como "exóticas" ou "selvagens" no caso das indígenas e africanas. Essa visão foi imposta por homens que dominaram os registros históricos e perpetuaram uma hierarquia de gênero e raça, consolidando a ideia de que o homem europeu era o modelo universal de humanidade.

Além disso, para autoras como Federici e Gonzalez, a própria estrutura de colonização, baseada na violência, exploração e imposição de valores europeus, reforçou essa desigualdade. Para Aurora, mulheres indígenas foram e seguem sendo alvos de exploração sexual e cultural, além de serem frequentemente descritas pelos colonizadores de forma desumanizante. Ao mesmo tempo, é evidenciado pelas autoras que mulheres indígenas desempenham papéis importantes de resistência e mediação cultural, mas essas contribuições foram amplamente silenciadas nos relatos históricos tradicionais. Para Colling, o "universalismo" masculino imposto pelos colonizadores, que se dizia neutro e civilizador, serviu para justificar a opressão tanto das mulheres quanto de outros grupos marginalizados, perpetuando uma lógica de dominação que marcou profundamente as relações sociais e culturais nas Américas colonizadas.

Dessa forma, a pesquisa é realizada através de uma revisão bibliográfica, dando preferência a autoras mulheres e especialmente ao tratamento das mulheres nas colônias

da América Latina, pois o objetivo é ter a perspectiva de como esse processo nos afeta e é percebido por nós. Foram analisados diversos textos e alguns vídeos tratando da condição das mulheres durante as inúmeras transformações realizadas no período moderno, assim como dos conceitos de colonização e colonialidade.

Utiliza-se o conceito de colonialidade para compreensão da dinâmica de permanência de formas de dominação e normas sociais violentas naturalizadas pelo processo de colonização, mesmo após a independência e o fim do Pacto Colonial<sup>2</sup>. Conectando-se a esse conceito, pode-se considerar que a presente pesquisa se enquadra na lógica de pensamento decolonial, definida por Nascimento da seguinte forma:

Em um mesmo movimento, síncrono e diacrônico, a teoria decolonial coloca em xeque os parâmetros de validade do conhecimento produzido pelo velho mundo e posiciona o sul global na condição de norte epistemológico. [...] Trata-se, portanto, de transformar a pesquisa histórica e social num ato de resistência, explicitando as ideias e as ações de grupos que foram silenciados, perseguidos e deslegitimados pelo projeto de ciência e de sociedade que se materializou a partir do advento da chamada modernidade a partir do século XVI (Nascimento, 2021, p. 56-7).

O pensamento decolonial e a anticolonialidade são correntes que têm sido construídas há muitos anos por inúmeros agentes sociais e pesquisadores e têm ganhado força na contemporaneidade, não se limitando à academia, auxiliando na compreensão da construção da identidade sociopolítica latinoamericana sem partir de uma perspectiva eurocêntrica. Além disso, essas correntes de pensamento podem nos mostrar formas de enfrentamento às heranças e estruturas coloniais, passando pela valorização da diversidade cultural e da história dos povos que foram subordinados à estrutura colonial.

Assim, utiliza-se o texto *Colonialidade e Gênero*, no qual Lugones realiza uma análise histórica da forma com a qual o Estado Moderno Europeu buscou controlar a sexualidade dos indivíduos, realizando um "giro paradigmático" pensando as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade enquanto construídas mutuamente, entrelaçadas umas às outras desde a gênese. Lugones define que o sistema moderno-colonial é embasado no racismo, no patriarcado, na heterossexualidade e no capitalismo, desconsiderando essas estruturas como naturais e passando a entendê-las enquanto formas de dominação, sendo essa perspectiva muito interessante para a presente pesquisa.

---

<sup>2</sup> Relação de exclusividade comercial entre colônia e metrópole caracteristicamente imposta durante as colonizações das Américas, na qual a metrópole se apropria dos recursos da colônia com o intuito de gerar lucro para si, não permitindo que a colônia possua autonomia (Deyon, 2001).

Também se trata da análise de Silvia Federici da Inquisição como um processo de intervenção e transformação nas relações comunitárias, no livro *O calibã e a bruxa* (2023). Para ela, a caça às bruxas implantada pelo Estado e pela Igreja no início da idade moderna instaurou um terror de perseguição às mulheres, utilizando o genocídio como recurso para dividir as sociedades, deslegitimar lideranças femininas, impedir rebeliões, controlar os corpos e as funções reprodutivas femininas para, dessa forma, se apropriar da força de trabalho de homens e mulheres, impondo a divisão sexual do trabalho.

Referenciando Federici, podemos compreender a divisão sexual do trabalho enquanto uma estrutura que divide a organização de tarefas a partir de critérios de gênero, estabelecendo estereótipos hierarquizados que vinculam os homens ao trabalho produtivo (emprego remunerado) e as mulheres ao trabalho reprodutivo e de cuidado, no ambiente doméstico e familiar (não remunerado). Essa divisão é retratada como natural, no entanto, ela resulta de relações sociais historicamente produzidas, refletindo e perpetuando a desigualdade de gênero, pois cria uma barreira que limita as oportunidades de mulheres no mercado de trabalho e desvaloriza atividades tradicionalmente realizadas por elas, mesmo quando essas tarefas são essenciais para a sociedade, associando maior valor econômico e social às atividades desempenhadas por homens. Isso se manifesta na diferença salarial, na sobrecarga das mulheres, na maior presença masculina em posições de liderança e na desvalorização de profissões tradicionalmente “femininas”, sustentando a desigualdade de gênero e reproduzindo relações de poder que beneficiam um grupo em detrimento de outro.

Outrossim, examina-se a obra *Por um feminismo afrolatinoamericano* que reúne profusos trabalhos de Lélia Gonzalez, intelectual brasileira que trouxe inúmeras contribuições para o movimento negro e para o feminismo latino-americano. Durante sua vida, Gonzalez não se prendeu a barreiras nacionais ou acadêmicas em sua análise e prática, consagrando-se como uma intelectual engajada. Na coletânea de seus trabalhos, tece críticas ao projeto social e cultural de embranquecimento presente no Brasil, revelando como as marcas originárias e da africanização são extremamente vivas e presentes em nossas culturas, costumes e linguagens, apesar de todo o “véu ideológico do embranquecimento” - estrutura que, definida por Gonzalez, busca encobrir as contribuições culturais, linguísticas e religiosas africanas ao Brasil. Gonzalez foi também autora da “categoria político-cultural da amefricanidade”, mecanismo para chamar a atenção, fortalecer e valorizar a ligação do Brasil com as Américas e com a

África pela experiência histórica comum de pessoas negras, indígenas e mestiças nesses continentes, considerando que somos todos latino-americanos, pois vivemos na “América Latina”.

Assim sendo, o trabalho está dividido em quatro tópicos. O primeiro, *Reflexões sobre a situação atual da mulher latino-americana*, busca justamente justificar a pesquisa ao pensar como nós, mulheres, experienciamos a vida na atualidade; como nossas existências são atravessadas pelo peso de ser mulher dentro de uma sociedade patriarcal. O segundo tópico, *O projeto colonial*, traça um aspecto geral do que foi a colonização da América Latina, especificando o contexto da pesquisa. A partir daí adentra-se mais a fundo no objetivo da investigação, no tópico *Impactos da Colonização nas Mulheres da América Latina*, que busca compreender os desdobramentos da colonização para as mulheres, especialmente mulheres indígenas, africanas e mestiças. O último tópico, *Resistências femininas*, expõe algumas das estratégias criadas pelas mulheres para sobreviver à colonização e todo seu impacto. Por fim, temos as considerações finais, analisando os resultados da pesquisa em relação aos objetivos iniciais. Dadas essas considerações, segue-se agora o desenvolvimento da pesquisa.

### **Reflexões sobre a situação atual da mulher latino-americana**

Neste primeiro tópico pretende-se refletir acerca da situação da mulher latino-americana na contemporaneidade. De acordo com relatório do Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (OIG) da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 2022 4.473 mulheres foram vítimas de feminicídio em 29 países e territórios da região, representando “ao menos 12 mortes violentas de mulheres por razão de gênero a cada dia na região”. Segundo o documento:

Há uma década e meia, os Estados da América Latina e do Caribe reconheceram a gravidade da violência feminicida e as mortes violentas de mulheres por razão de gênero, o que se expressou na aprovação de leis e protocolos e na construção de instituições específicas. Apesar desses avanços, o feminicídio ou femicídio persiste como uma realidade e não se observam sinais claros de que o fenômeno esteja diminuindo. [...] O feminicídio é somente a expressão extrema da desigualdade, discriminação e múltiplas formas de violência contra as mulheres e meninas. Por exemplo, de acordo com pesquisas nacionais especializadas da região, entre 60% e 76% das mulheres (cerca de 2 de cada 3) foram vítimas de violência por razões de gênero em diversos âmbitos de sua vida. Além disso, em média 1 de cada 4 mulheres foi vítima ou sofre violência física e/ou sexual por um perpetrador que era ou é seu companheiro, o que implica o risco de violência letal. Por

sua vez, os casamentos e uniões infantis, precoces ou forçadas são uma prática nociva e uma manifestação de violência de gênero persistente e estendida na região e afetam 1 de cada 5 meninas (CEPAL, 2020).

O feminicídio também tem índices alarmantes ao especificarmos a análise para o Brasil. Segundo relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em Março de 2024, a taxa de feminicídio no Brasil aumentou 1,6% em relação a 2022, sendo que

18 estados apresentaram uma taxa de feminicídio acima da média nacional, de 1,4 mortes para cada 100 mil mulheres. [...] Em relação ao perfil étnico racial, há uma prevalência de mulheres pretas e pardas entre as vítimas: 61,1%. Já 38,4% eram brancas; 0,3%, amarelas; e 0,3%, indígenas. (**Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024**)

O relatório também apontou que, desde a tipificação do crime de feminicídio em 2015 até o ano de 2023, quase 10,7 mil mulheres foram vítimas. É importante ressaltar que esses dados são permeados pela subnotificação e não refletem totalmente a realidade, mas são suficientes para delinear a gravidade do problema.

Ao olharmos para esses dados, entendemos que eles refletem a magnitude da desigualdade e violência de gênero, problemas persistentes que atravessam nossa vida diária em qualquer um de seus âmbitos. Sendo o feminicídio uma de suas características mais extremas, a desigualdade de gênero também aparece na forma de violência sexual, física, moral, patrimonial e psicológica e é tangível no mundo do trabalho, já que na distribuição das tarefas é comum que as mulheres exerçam a maior parte das tarefas relacionadas a saúde, educação, limpeza - uma extensão do que as mulheres já fazem no ambiente doméstico: limpar, cuidar, cozinhar, educar. Muitas vezes as mulheres lidam com jornadas duplas ou triplas de trabalho, o que as sobrecarga e causa desgaste físico e emocional. Além disso, as atividades exercidas dentro do lar não são consideradas trabalho e não são remuneradas, já as exercidas fora do lar costumam ser em postos com menor reconhecimento e remuneração em relação aos homens. Portanto, entende-se nesta pesquisa o trabalho doméstico, de limpeza e cuidado enquanto trabalho invisível. De acordo com o Instituto de Economia da UNICAMP,

Tema que ganhou visibilidade nacional após figurar na redação do último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o trabalho invisível, majoritariamente feito pelas mulheres, poderia acrescentar cerca de 8,6% ao PIB nacional caso fosse remunerado. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) de 2016 a 2022, as mulheres relataram dedicar, em média, 21,3 horas por semana às tarefas domésticas, quase o dobro dos homens (11,1 horas). Caso todas essas horas fossem remuneradas, o PIB cresceria 13,1% por ano no período. É preciso notar ainda que, mesmo entre as trabalhadoras domésticas remuneradas,

existem diferenças importantes entre salários e que comprovam a predominância feminina e o recorte racial, ressalta Luiza Nassif, professora do Instituto de Economia da Unicamp e diretora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia da Desigualdade da Universidade de São Paulo (Made-USP). O levantamento feito pelo Made com dados da Pnad Contínua do terceiro trimestre de 2022 mostra que elas são 92% do trabalho doméstico remunerado no Brasil, um grupo de 5,4 milhões, dos quais 67% eram negras (**Instituto de Economia, UNICAMP, 2023**).

Ao analisarmos esses números, fica clara a diferenciação de gênero existente na América Latina e que essa realidade afeta principalmente mulheres racializadas, negras e indígenas, deixadas à margem da sociedade por aqueles que ocupam os principais espaços de poder (em sua maioria homens cisgêneros brancos), no intuito de manter as estruturas de opressão. Entende-se, portanto, que essa realidade reflete um sintoma estrutural da colonialidade experienciada pelas mulheres latinoamericanas. Mas de que forma essa estrutura foi formada? Como ela impactou a vida das mulheres? É essa a reflexão em torno da qual o trabalho é costurado.

## **O projeto colonial**

O intuito deste tópico é explicar o projeto colonial ao qual a pesquisa se refere. Esse momento histórico se enquadra no contexto do início da idade moderna, entre os séculos XIII e XVI, quando ocorre na Europa Ocidental uma revolução cultural que acompanhou e possibilitou mudanças na mentalidade, com uma nova ordem política (o Absolutismo e o Estado burocrático), uma nova ordem econômica (da ética do trabalho e da empresa capitalista) e uma nova ordem social (da não fraternidade religiosa)<sup>3</sup>. Norbert Elias, em “O Processo Civilizador - volume II”, explora como o fortalecimento do poder central na Europa, especialmente com a emergência de monarquias absolutistas, se relaciona à transformação das estruturas sociais, com uma centralização crescente do controle econômico e militar (**Elias, 1939, p. 19-22**). Para ele, a construção desses Estados Absolutistas foi marcada pela consolidação de monopólios, como a cobrança de impostos e o uso da força militar, gerando sociedades mais hierarquizadas e submetidas a rígidos mecanismos de controle (**Elias, 1993, p. 97-100**).

Perry Anderson em “Linhagens do Estado Absolutista” argumenta que o Estado absolutista emergiu como uma resposta política às transformações econômicas e sociais

---

<sup>3</sup> Informações extraídas do caderno de bordo da disciplina História Moderna I, ministrada pela Profa. Dra. Dilza Porto Gonçalves no primeiro semestre de 2022. Aula do dia 14 de Março de 2022.

da Europa entre os séculos XIV e XVI, representando uma reorganização do poder feudal. Anderson destaca que os regimes absolutistas foram uma resposta à necessidade das monarquias de controlar as crises do feudalismo enquanto mantinham o poder centralizado, sendo um instrumento político que servia aos interesses das elites aristocráticas. Assim, para ele, as monarquias centralizadas, como as da França, Inglaterra e Espanha, surgiram como mecanismos de manutenção da dominação feudal, concentrando a coerção política no nível estatal, o que também possibilitou a transição para o capitalismo.

Para ambos os autores, esse processo de centralização do poder estatal foi crucial para as expansões ultramarinas e para a conquista das Américas, na medida em que permitiu que as monarquias europeias, como a espanhola e a portuguesa, mobilizassem recursos econômicos e militares para a expansão ultramarina. Anderson aponta também que os Estados absolutistas consolidaram exércitos regulares e sistemas fiscais para sustentar a guerra, uma característica central de sua estrutura. Referenciando Karl Marx, Anderson afirma que a guerra era um meio de expansão de excedentes no sistema feudal, estratégia potencializada pelo capitalismo (**Anderson, 1985, p. 22-30**). No contexto da colonização, essa militarização se traduziu em conquistas violentas e no uso da força para submeter populações indígenas e africanas. Essa centralização do poder também ressoa no impacto cultural e social da colonização, com a imposição de novos padrões de comportamento, a usurpação de terras para os colonizadores e a criação de estruturas de dominação que replicavam as hierarquias europeias.

Outrossim, segundo Anderson, o uso do direito romano pelos Estados absolutistas serviu para justificar a autoridade do monarca e a concentração de poder, “o direito romano era a mais poderosa arma intelectual disponível para o programa característico de integração territorial e centralismo administrativo” (**Anderson, 1985, p. 27**). Nas colônias americanas, essa racionalidade jurídica foi transportada, impondo um modelo de propriedade e soberania que sustentava a exploração colonial, sendo possível compreender a conquista das Américas como uma extensão lógica do projeto político do absolutismo europeu, que combinava exploração econômica, coerção política e militar e centralização administrativa para expandir sua influência.

Politicamente, o reflorescimento do direito romano respondia às exigências constitucionais dos Estados feudais reorganizados da época. Com efeito, não restam dúvidas de que, na escala europeia, a determinante primordial da adoção da jurisprudência romana reside na tendência dos governos monárquicos à crescente centralização dos poderes (**Anderson, 1985, p. 26**).

Através das Grandes Navegações (séc. XV-XVI), possibilitadas por todo o desenvolvimento tecnológico, os europeus chegaram às Américas por volta de 1492. O território descoberto foi denominado por eles de “Novo Mundo”, classificação criada a partir da concepção de que existia apenas um mundo conhecido até então, o "Mundo Antigo" composto por Europa, Ásia e África. De acordo com Galeano:

A Espanha vivia o tempo da reconquista. 1492 não foi só o ano do descobrimento da América, o novo mundo nascido do equívoco de consequências grandiosas. Foi também o ano da recuperação de Granada. Fernando de Aragão e Isabel de Castela, superando com o casamento a perda de seus domínios, tomaram em começos de 1492 o último reduto dos árabes em solo espanhol. Custara quase oito séculos recobrar o que se havia perdido em sete anos, e a guerra de reconquista esgotara o tesouro real. [...] A Espanha adquiria realidade como nação; levantando espadas cujas empunhaduras desenhavam o sinal da cruz. A rainha Isabel fez-se madrinha da Santa Inquisição. A façanha do descobrimento da América não podia explicar-se sem a tradição militar de guerra de cruzadas que imperava na Castela medieval, e a Igreja não se fez de rogada para dar caráter sagrado à conquista de terras incógnitas do outro lado do mar. O papa Alexandre VI, que era espanhol, converteu a rainha Isabel em dona e senhora do Novo Mundo. A expansão do reino de Castela ampliava o reino de Deus sobre a Terra (Galeano, 1971, p. 11).

Dessa forma, nota-se que houve um fascínio dos europeus com a imensidão do território descoberto, e as possibilidades de exploração de suas riquezas. Nesse contexto, ocorrem também reformas religiosas como a Reforma Protestante (1517) por Martinho Lutero (1483-1546), que critica a Igreja Católica e altera a relação com trabalho: diferentemente da Igreja Católica, onde havia o pagamento de indulgências, agora o que passa a dignificar o homem é o trabalho, e a salvação divina vem através do merecimento. Influenciadas por ela, ocorrem a Contrarreforma ou Reforma Católica (1545) e é fundado também o calvinismo, por João Calvino (1509-1564)<sup>4</sup>.

Para Max Weber, a ética protestante, particularmente o calvinismo, teve um papel significativo no desenvolvimento do capitalismo moderno, pois valorizava o trabalho disciplinado, a simplicidade e a vocação profissional como expressões de virtude religiosa (Weber, 2007), o que é definido pelo autor como o “espírito capitalista”, que surge antes do capitalismo em si. Ainda que a colonização tenha tido uma participação majoritária da religião católica, essa lógica protestante se torna parte da própria lógica moderna e ainda se faz muito presente na contemporaneidade. Além disso, todas essas religiões sustentam a Inquisição, ou seja, a perseguição e

---

<sup>4</sup> Informações extraídas do caderno de bordo da disciplina História Moderna I, ministrada pela Profa. Dra. Dilza Porto Gonçalves no primeiro semestre de 2022. Aula do dia 21 de Março de 2022.

demonização contra modos de vida comunitários, o que é de extrema importância no processo de colonização, especialmente para culturas indígenas e africanas.

Num processo de invasão e colonização das Américas, os europeus impõem suas culturas e seus valores sobre os demais modos de vida que aqui existiam, e também aos povos africanos através da escravização racial. Segundo Aurora, os europeus justificam a colonização e a escravização pela moral de “salvação da humanidade”, ou seja, declaram que esses processos são apenas uma ferramenta para levar a civilização para outros povos, que passam a ser caracterizados como primitivos, animais, pecadores e selvagens. Para Farias e Maia:

A dominação dos países europeus ocorreu em todos os segmentos e instituições da sociedade latino-americana, consolidando-se como um poder global sistemático e hegemônico, o que implicou a construção de diversos paradigmas baseados na racionalidade europeia, ainda presentes nos países latinos. Como consequência, as construções subjetivas dos povos originários do continente foram apagadas. Assim, na construção colonial epistemológica, o conhecimento advindo da Europa sempre foi considerado correto, científico, racional e superior, enquanto toda a produção advinda de outra origem geográfica foi configurada como inferior e não racional. A difusão mundial dessa ideia levou ao silenciamento e à invisibilização de outros conhecimentos que não fossem o europeu, principalmente das culturas do sul global, extremamente marginalizadas nesse processo (Farias; Maia, 2020, p. 578).

Dessa forma, Farias e Maia nos demonstram que a dominação colonial buscou consolidar-se não apenas no âmbito econômico e político, mas também cultural, religioso e epistemológico. Esse projeto só não se concretizou totalmente graças às resistências que veremos mais à frente, mas deixou feridas que vivenciamos até hoje em nossa realidade diária. No contexto do mercantilismo<sup>5</sup> europeu da Idade Moderna, essa dinâmica se torna evidente, pois a expansão colonial foi impulsionada por uma visão de mundo que subordina os territórios conquistados aos interesses econômicos e ideológicos das metrópoles. De acordo com Galeano:

Três anos depois do descobrimento, Cristóvão Colombo dirigiu pessoalmente a campanha militar contra os indígenas da Ilha Dominicana. Um punhado de cavaleiros, duzentos infantas e alguns cães especialmente adestrados para o ataque dizimaram os índios. Mais de quinhentos, enviados à Espanha, foram vendidos como escravos em Sevilha e morreram miseravelmente. Entretanto alguns teólogos protestaram e a escravização dos índios foi formalmente proibida ao nascer do século XVI. Na realidade, não foi proibida, mas abençoada: antes de cada entrada militar, os capitães de conquista deviam ler para os índios, sem intérprete mas diante de um escrivão público, um extenso e retórico *Requerimiento* que os exortava a se converterem à santa fé católica [...] A América era o vasto império do diabo, de redenção impossível ou

---

<sup>5</sup> Para Pierre Deyon, o mercantilismo pode ser considerado como o “conjunto das teorias e das práticas de intervenção econômica que se desenvolveram na Europa moderna desde a metade do século XV”. (Deyon, 2001, p. 15)

duvidosa, mas a fanática missão contra a heresia dos nativos confundia-se com a febre que provocava, nas hostes da conquista, o brilho dos tesouros do Novo Mundo (Galeano, 1971, p. 11).

Outrossim, a racionalidade europeia, apresentada como científica e universal, foi usada para justificar a deslegitimação dos saberes dos povos originários e africanos. Conhecimentos sobre agricultura, medicina e astronomia, entre outros, foram desqualificados ou apropriados sem reconhecimento, enquanto as estruturas econômicas e sociais das colônias eram reconfiguradas para servir aos interesses europeus. Esse silenciamento cultural também reforçou a ideia de que apenas os paradigmas europeus eram válidos, alimentando uma visão eurocêntrica que apagou as subjetividades e histórias das populações locais. De acordo com Fernando Novais em *Considerações sobre o sentido da colonização*,

na época moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa, a política mercantilista imprime um caráter específico à ocupação e valorização de novas regiões, conformando-as de acordo com as tendências do capitalismo comercial em curso de desenvolvimento, isto é, noutras palavras, a colonização dos séculos XVI, XVII e XVIII assume a forma mercantilista (Novais, 1969, p. 56).

Novais nos demonstra que o mercantilismo, portanto, não foi apenas um sistema econômico, mas uma força que moldou profundamente as relações de poder, conhecimento e cultura entre Europa e América. Nas colônias, o mercantilismo se traduzia em exploração econômica intensiva, com a produção voltada para atender às demandas da metrópole e as colônias impedidas de desenvolver uma economia própria, sendo forçadas a consumir produtos manufaturados da metrópole, num sistema de monopólio comercial rígido que utilizava do trabalho forçado e escravizado. Essa dinâmica deixou marcas profundas, que ainda hoje se refletem na valorização desigual dos saberes e na persistência de desigualdades estruturais nos países do sul global. Entende-se que o projeto dos europeus, aqui, é dominar esse “Novo Mundo” para extrair dele o trabalho e a riqueza, alterando completamente as relações comunitárias e com a terra.

Posto isso, a estrutura formada para possibilitar a exploração dos continentes americano e africano consiste em um ponto em comum na nossa história e segue impactando na atualidade, o que pode ser explicado pelo conceito da colonialidade.

Quijano (1997) cunhou o conceito da colonialidade para explicar a permanência de estruturas de poder e dominação coloniais que não desaparecem com processos de independência ou descolonização. Dessa forma, a colonialidade se difere do

colonialismo histórico, que é um fenômeno datado e compreende uma relação de dominação direta (política, social e cultural), mas ocorre por sua continuidade. Ou seja, a colonialidade compreende que a dominação colonial não acaba com o fim da colonização, pois esses mecanismos exploratórios seriam os próprios alicerces do sistema capitalista, mantendo as bases de dominação e uma divisão desigual do poder. Segundo Assis,

Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais, além de demonstrar que essas estruturas de poder e subordinação passaram a ser reproduzidas pelos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno. [...] A construção das hierarquias raciais, de gênero e de modos de apropriação dos recursos naturais, pode ser vista como simultânea e contemporânea à constituição de uma divisão internacional do trabalho e dos territórios, marcada por relações assimétricas entre economias cêntricas e periféricas (Assis, 2014, p. 614).

Aníbal Quijano, em sua teoria da colonialidade do poder, propõe uma análise profunda das bases estruturais que sustentam o poder capitalista global. A obra de Quijano é dividida a partir de quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, que estariam sob dois pilares: a colonialidade do poder, que se refere à forma como o colonialismo reorganizou o mundo com base em hierarquias raciais, e a modernidade, que justifica essa reorganização por meio de uma narrativa de progresso e superioridade europeia. Esses, por sua vez, estruturam o poder capitalista eurocêntrico global. Essas dimensões não operam isoladamente; são contínuas, dinâmicas e interdependentes, refletindo as complexidades das interações sociais e culturais<sup>6</sup>. Assim, Quijano mostra que a modernidade e a colonialidade são inseparáveis e sustentam o capitalismo global até hoje, perpetuando desigualdades e exclusões que afetam tanto o local quanto o global.

Evidencia-se, então, o modo com o qual o mercantilismo colonial explorou recursos naturais e humanos e deixou impactos sociais e culturais duradouros, contribuindo para a consolidação de estruturas de poder eurocêntricas e a desigualdade entre colônias e metrópoles que perduram até hoje. As hierarquias raciais, de gênero e econômicas foram integradas ao sistema-mundo capitalista, perpetuando a exploração e as desigualdades globais entre economias centrais e periféricas.

---

<sup>6</sup> Informações extraídas do encontro do Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIas) da Universidade de São Paulo. Transmitido em 02/06/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pyrE1GDsVC4&t=3654s>.

Dadas as devidas considerações, passa-se agora ao capítulo que adentra mais profundamente o objetivo do trabalho, observando de que forma esse projeto colonial agiu sobre as mulheres.

### **Impactos da Colonização nas Mulheres da América Latina**

Neste tópico almeja-se reunir as principais observações das autoras e autores estudados acerca da colonização e seus desdobramentos para as mulheres na América Latina, observando especialmente o entrelaçamento de raça e gênero na dinâmica de dominação.

Inicialmente, é importante ressaltar que a História enquanto ciência surge na Europa Ocidental e foi, tradicionalmente, uma área dominada por homens, que escreveram a história a partir de uma perspectiva masculina, apresentando-a como universal. Nessa narrativa, o “nós” é masculino, e a trajetória das mulheres desenvolve-se paralelamente, à margem. Os homens descreveram as mulheres e falaram por elas, criando, assim, uma invisibilidade feminina. De acordo com Colling,

A história das mulheres é uma história recente, porque, desde que a História existe como disciplina científica, ou seja, desde o século XIX, o seu lugar dependeu das representações dos homens, que foram, por muito tempo, os únicos historiadores. Estes, escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-nas invisíveis. Responsáveis pelas construções conceituais, hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. Este universalismo que hierarquizou a diferença entre os sexos, transformando-a em desigualdade, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos (Colling, 2014, p. 21).

Isto posto, entende-se que a história das mulheres se constitui como um campo de pesquisa recente na historiografia e que ainda necessita de muitos estudos voltados para a valorização e inclusão das distintas realidades experienciadas por mulheres em suas vivências diárias. Nesse sentido, a presente pesquisa soma-se a esse esforço. Acredita-se que o foco na realidade vivenciada pelas mulheres latinoamericanas, valorizando os recortes de raça, é extremamente enriquecedor para a compreensão da nossa história e para contribuir com futuras pesquisas acadêmicas. É, por si, uma estratégia de resistência.

É interessante expor a explicação de Maria Lugones, filósofa argentina que viveu e estudou alguns anos nos Estados Unidos, sentindo na pele o racismo e a

lesbofobia. Lugones tornou-se internacionalmente reconhecida pelas suas contribuições teóricas aos feminismos descoloniais. Em *Colonialidade e Gênero* (2020), a filósofa dialoga com a obra de Quijano, ampliando sua visão de gênero por acreditar que o gênero não pode ser reduzido a sexo ou a atributos biológicos, já que antes da colonização muitos povos indígenas não tinham uma divisão binária rígida entre homens e mulheres. Essa dicotomia é introduzida pelos colonizadores para desumanizar os povos originários, destruir formas matriarcais e, principalmente, comunitárias de organização. Portanto, para ela, o gênero foi usado como ferramenta de dominação.

A partir dessa convicção, Lugones constrói historicamente a maneira com a qual os europeus forçaram a dicotomia homem/mulher como estratégia para destruir os modos de vida anteriormente existentes, através da quebra dos laços comunitários. A pesquisadora diz que, no momento da invasão, os portugueses se recusaram a descrever os povos originários como homens ou mulheres, sempre descrevendo-os como personagens caricatos - assim, ao não serem entendidos dentro da categoria binária de gênero, há um estranhamento em relação aos povos originários, muitas vezes descritos com características animalizadas.

Em *Rumo a um feminismo descolonial*, Lugones declara que “a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitua a cuidar do mundo ou a destruí-lo” (2010, p. 935).

Após observação do encontro do Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIAs) transmitido pelo YouTube no qual se analisou o livro *Colonialidade e gênero*, compreendeu-se que, para Lugones, o sistema de gênero colonial/moderno é utilizado como instrumento em nossa subjugação - tanto dos homens quanto das mulheres de cor - servindo para desmanchar os vínculos de solidariedade entre as vítimas, atuando assim em todos os âmbitos da vida, estratégia essa que segue em curso através da colonialidade.

Lugones também traz à tona os pensamentos de Paula Gunn Allen (1939-2008), pesquisadora de extrema importância para a resistência dos povos originários e para o movimento lésbico estadunidense. Allen resgata a ideia dos sistemas de ginocracia<sup>7</sup> que existiam entre os povos originários norte americanos e define que a destruição da ginocracia seria crucial para a dizimação de populações originárias através da fome, de

---

<sup>7</sup> Ginocracia é um sistema de governo onde o poder político é exercido majoritariamente por mulheres (Fonte: dicionário online. Disponível em: <https://www.significadosdepalavras.com/ginocracia>).

doenças e da quebra de todas as estruturas econômicas, espirituais e sociais compostas por aquelas sociedades. Para Allen, primeiramente ocorre a destituição da primazia do feminino como criador, substituindo-a pelo criador masculino; em sequência, destroem-se as formas de governo, as filosofias sobre as quais eles estão organizados e ocorre a expulsão das pessoas de suas terras originárias; por fim, a estrutura do clã é forçadamente substituída pela família nuclear e patriarcal, baseada no autoritarismo.

A partir desses resgates, Lugones declara que “o capitalismo eurocêntrico global se constituiu por meio da colonização, diferenças de gênero foram introduzidas onde antes não havia nenhuma” (2020, p. 70). Lugones analisa também a heterossexualidade não enquanto orientação sexual, mas como uma estrutura de dominação construída artificialmente dentro de um determinado sistema de poder, passando a ser obrigatória. A partir da colonização, as relações de sexualidade passam a ter um peso e um significado político, social e econômico extremamente diferente para os povos originários americanos e africanos.

Para Lugones, essa redução do gênero ao privado através da imposição da heterossexualidade é violenta e degradante e é uma questão ideológica, apresentada ficticiamente como biológica para justificar o controle do sexo e dos seus produtos. De acordo com ela, categorias de raça, gênero e sexualidade sempre funcionaram como ferramenta de conversão de pessoas “não brancas” em animais, portanto, a partir do momento que o projeto colonial se insere dentro dessas sociedades, ele precisa destruir o papel da mulher e a forma como a mulher é percebida dentro dessas sociedades, justamente para enfraquecê-las. Segundo a autora, essa estratégia foi essencial para a dominação colonial.

A crítica de Lugones revela a interconexão entre colonialismo, gênero e poder, evidenciando a necessidade de desconstruir essas hierarquias impostas para compreender e superar suas consequências históricas e contemporâneas. Nessa via, a autora cunha a categoria de “feminismo descolonial”, compreendendo que as opressões como o racismo e a misoginia estão todas interligadas desde a sua gênese, que é a colonização do Estado Moderno Europeu. A colonialidade não apenas perpetua a dominação econômica, mas também redefine as subjetividades e as relações sociais, impondo uma lógica eurocêntrica que continua a influenciar as estruturas globais de poder e gênero.

É necessário ressaltar que o intuito da presente pesquisa não é afirmar se haviam ou não categorizações ou repartições de trabalho de acordo com o sexo presentes na

América Latina antes da Conquista, mas sim demonstrar que essas relações foram impactadas pelo processo colonial de uma forma que não respeitou as existências anteriores.

Convém a articulação à Silvia Federici, intelectual italiana de tradição feminista marxista autônoma, elaboradora do livro “Calibã e a Bruxa”, uma das principais fontes utilizadas para a escrita da presente pesquisa. Segundo a autora, as mulheres enfrentam uma forma particular de exploração, sendo uma perspectiva especial a partir da qual se deve estudar o período e as relações capitalistas, “olhar sobre a história por um ponto de vista feminino, implica uma redefinição fundamental das categorias históricas aceitas e uma visibilização das estruturas ocultas de dominação e exploração” (2017, p. 37).

Federici constrói a tese de que a caça às bruxas foi um processo tão essencial quanto a colonização e a escravidão para a acumulação primitiva que deu início ao capitalismo, pois definiu a divisão sexual do trabalho e os papéis de gênero a ela associados, fortificando estruturas patriarcais que ainda hoje regem o mundo. A autora define a caça às bruxas da seguinte maneira:

A caça às bruxas constituiu-se em uma estratégia deliberada, utilizada pelas autoridades com o objetivo de propagar o terror, destruir resistências coletivas, silenciar comunidades inteiras e instigar o conflito entre seus membros. Também foi uma estratégia de cercamento (...) de terra, de corpos ou de relações sociais [...] foi, sobretudo, um meio de desumanização e, como tal, uma forma paradigmática de repressão que servia para justificar a escravidão e o genocídio (Federici, 2017, p. 390).

Para Silvia Federici, a caça às bruxas visava destruir estruturas de conhecimentos e organizações comunitárias que ameaçavam a imposição do sistema colonial. As mulheres, especialmente aquelas com papéis importantes em suas comunidades, como curandeiras ou guardiãs de tradições espirituais, foram alvos dessa perseguição, que pretendia enfraquecer a relação das comunidades com a terra, sua espiritualidade e cultura, alinhando-as aos interesses da colonização e da exploração dos recursos naturais. No contexto americano, ela enfatiza que a caça às bruxas teve um papel em silenciar vozes e lideranças femininas que poderiam contestar a opressão e oferecer alternativas ao sistema colonial. Isso envolveu o controle das práticas culturais, a imposição do cristianismo e a associação de mulheres de ascendência indígena ou africana a representações negativas, como a contraposição entre a imagem da “bruxa” e da “mulher ideal cristã”, associação que sustentou uma imagem de inferioridade dessas mulheres, justificando abusos e deslegitimando-as de posições de autoridade e conhecimento em suas próprias comunidades. Esse fenômeno contribuiu para a

marginalização das mulheres nas comunidades indígenas e afrodescendentes e impôs uma ideologia patriarcal que as desvaloriza e desumaniza.

Utilizando a tese do filósofo italiano Parinetto, Federici explica que, ao olhar para a caça as bruxas no “Novo Mundo”, nota-se que as formas de tortura e dominação funcionaram num “efeito bumerangue”, ou seja, num primeiro momento foram importadas da Europa para as Américas, onde foram aperfeiçoadas e sofisticadas através da perseguição contra os povos originários e, posteriormente, reimportadas para a perseguição contra as mulheres na Europa. Para a autora, essa metodologia de análise auxilia a remover o eurocentrismo tradicionalmente presente nas pesquisas sobre a caça às bruxas. Outrossim, demonstra que

Já no século XVI existia uma classe dominante européia “implicada de modo prático, político e ideológico na formação de um proletariado mundial” que “elaborava seus modelos de dominação de acordo com o conhecimento que continuamente adquiria em outras partes do mundo” (Federici, 2017, p. 418).

A autora destaca que os temas utilizados como repertório pelos tribunais inquisitoriais no século XVI, como acusações de canibalismo, sacrifício de crianças como oferenda, uso de substâncias medicinais consideradas mágicas e a associação da homossexualidade com o diabolismo (2017, p. 416), foram, na realidade, importados das práticas culturais observadas no Novo Mundo para o contexto europeu. Essa dinâmica evidencia uma estratégia de perseguição direcionada às relações comunitárias e aos elementos que garantiam sua coesão, força e continuidade, com especial foco nas mulheres, que frequentemente desempenhavam papéis centrais na preservação dessas tradições. De acordo com Federici,

A hipótese é a continuidade entre a dominação das populações do Novo Mundo e a das populações da Europa, em especial as mulheres, durante a transição ao capitalismo. Em ambos os casos, comunidades inteiras foram expulsas de suas terras pela força, houve um empobrecimento em grande escala e a campanha de “cristianização” que destruíram a autonomia das pessoas e suas relações comunais. Também houve uma influência recíproca entre os dois processos, por meio do qual certas formas repressivas que haviam sido desenvolvidas no Velho Mundo foram transportadas para o Novo Mundo e depois reimportadas para a Europa (Federici, 2017, p. 388).

Essa análise destaca aspectos centrais da lógica colonial, que tem como pontos chave a imposição de uma estrutura binária e cristã, simultaneamente promovendo uma exploração predatória tanto dos recursos naturais quanto do trabalho humano. O argumento de Federici reforça a ideia de que essas práticas não apenas sustentaram o desenvolvimento do capitalismo, mas também estruturaram relações de poder globais

que continuam a impactar sociedades contemporâneas. Essa dinâmica resultou na experimentação de práticas de dominação em territórios coloniais, especialmente no chamado “terceiro mundo”, consolidando um padrão de opressão que persiste até os dias de hoje. Embora os mecanismos atuais se diferenciem muito da época moderna, a dinâmica da colonialidade ainda é essencial para a manutenção do sistema e o entendimento da mesma é essencial para possibilitar sua superação. Esse processo não afeta apenas relações econômicas, mas toda sorte de relações sociais e culturais, e ainda hoje se apresenta através das hierarquias de gênero, da heterossexualidade compulsória e da ideologia do branqueamento, construídas para afetar mais ostensivamente e diretamente aos grupos marginalizados. De acordo com Silvia Federici:

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época (Federici, 2017, p. 35).

As ferramentas de submissão das mulheres na Europa Moderna estavam, dessa forma, alinhadas às estratégias utilizadas nas colônias da América Latina, principalmente no que diz respeito ao controle religioso e a violência estatal. Federici destaca que as diferenças entre o processo na Europa e o processo nas colônias não devem ser subestimadas, já que a pilhagem das Américas consolidou “uma nova divisão internacional do trabalho, que fragmentou o proletariado global por meio de diferentes relações de classe e de sistemas disciplinares” (2017, p. 36). Admite-se assim que, nas colônias, havia também a necessidade de povoamento e de reprodução de mão de obra em larga escala, portanto, percebe-se mais uma vez que o controle sexual das mulheres nas colônias se une à opressão racial e de classe, pois é também uma exploração da força de trabalho reprodutora.

Para a autora Braulina Aurora (2019) do povo *Baniwa*, a inserção das religiões cristãs dos colonizadores nas sociedades indígenas foi feita de forma a silenciar e apagar as culturas dos povos originários das Américas, promovendo um genocídio cultural que se estendeu por séculos. Segundo ela, as atuais práticas culturais que dizem respeito à formação de corpos e subjetividades devem ser entendidas a partir de tais processos violentos, intermediados pela resistência feminina.

Trato especificamente de processos de colonização de mulheres indígenas, por parte das igrejas e de demais agentes e instâncias da sociedade nacional. Lanço a hipótese de que esse processo de contato e violações de direitos foi criado de forma muito planejada para silenciar nossas práticas culturais e nossa ciência para com o cuidado com o nosso corpo, especialmente sobre as

mulheres indígenas [...] Pode-se pensar ainda que tais práticas religiosas não indígenas nos atingiram de forma a perdermos esses cuidados, nos apresentando à normalização de que a nossa vivência é algo errado. Para agirem, os colonizadores usaram o discurso de “salvar almas”, o que legitima a prática de racismo e discriminação com o conhecimento indígena e de mulheres (Aurora, 2019, p. 110).

Assim sendo, percebe-se que os discursos representativos realizados em relação aos povos originários e africanos serviram para justificar a colonização. Dos discursos de representação sobre os povos indígenas, aqueles que mais vigoraram num primeiro momento foram da associação religiosa, ou seja, que hora pintava os indígenas enquanto adoradores do demônio, praticantes de sodomia, e hora os tratava enquanto portadores de uma “inocência” quase angelical, de um “paraíso terreno”, dadas as riquezas naturais da terra, mas que nunca os via enquanto iguais ou na condição de seres humanos já ocupantes dessas terras detentores de outras formas de se relacionar com o espaço, com a natureza e uns com os outros. Para Federici,

Ao definir as populações indígenas como canibais, adoradores do diabo e sodomitas, os espanhóis respaldaram a ficção de que a Conquista não foi uma busca desenfreada por ouro e prata, mas uma missão de conversão - uma alegação que, em 1508, ajudou a Coroa espanhola a obter a bênção papal e a autoridade absoluta da Igreja na América. Tal alegação também eliminou aos olhos do mundo, e possivelmente dos próprios colonizadores, qualquer sanção contra as atrocidades que se pudesse cometer contra os “índios”, funcionando assim como uma licença para matar, independentemente do que as possíveis vítimas pudessem fazer (Federici, 2017, p. 392).

A demonização, proibição e perseguição das práticas culturais e religiosas indígenas e africanas configuram-se como táticas efetivas de controle social e imposição de uma hegemonia cultural e religiosa europeia, que visavam não apenas suprimir as identidades e tradições autóctones, mas também desestabilizar as estruturas comunitárias que representavam resistência ao domínio colonial. Ao rotular essas práticas como heréticas ou diabólicas, os colonizadores justificavam a intervenção violenta e a imposição de valores cristãos, fragmentando as coesões sociais e espirituais das populações subjugadas. Além disso, conforme argumenta Federici, tais ações foram fundamentais para a consolidação de uma ordem social baseada na supremacia cultural europeia, facilitando a exploração econômica e a manutenção do controle político sobre os territórios colonizados ao promover a internalização de normas e valores. Para Federici:

A decisão da Coroa espanhola de introduzir um sistema muito mais severo de exploração nas colônias americanas na década de 1550 constituiu um momento de inflexão na propaganda anti-indígena e na campanha

anti-idolatria que acompanharam o processo de colonização (Federici, 2017, p. 398).

A campanha colonial anti-indígena foi um conjunto de ações sistemáticas e violentas realizadas pelos colonizadores europeus para subjugar, explorar e muitas vezes exterminar as populações indígenas das Américas, África e outras regiões colonizadas. Essas campanhas visavam apropriar-se dos territórios, recursos naturais e impor uma nova ordem política, econômica e religiosa, baseada nos interesses das potências coloniais.

Na América Latina as campanhas anti-indígenas envolveram guerras, massacres, escravização, convertimento compulsório ao catolicismo e protestantismo e a imposição das práticas culturais e dos modos de vida europeus. O trabalho indígena foi explorado brutalmente, como por exemplo através do sistema de *encomiendas* ou *mitas* na América espanhola, que permitia o uso forçado de trabalho indígena nas minas e plantações. Além disso, a introdução de doenças europeias, para as quais os indígenas não tinham imunidade, causou mortes em massa, acelerando o processo de genocídio cultural e físico dessas populações.

O novo horror que os espanhóis sentiram pelas populações indígenas a partir da década de 1550 não pode ser facilmente atribuído a um choque cultural, mas deve ser visto como uma resposta inerente à lógica da colonização, que inevitavelmente precisa desumanizar e temer aqueles aos quais pretende escravizar (Federici, 2017, p. 396).

De acordo com Federici, “a história da Europa anterior à Conquista é suficiente para provar que os europeus não precisavam atravessar o oceano para descobrir a vontade de exterminar aqueles que cruzavam seu caminho” (2017, p. 418). Dessa maneira, os europeus já possuíam uma tradição com a construção e repressão ao “Outro”, através da perseguição aos hereges durante as cruzadas da Idade Média. No contexto da Era Moderna, a extensão dessa perseguição se daria com a colonização no Novo Mundo.

A caça às bruxas na América continuou se desenvolvendo em ondas durante a última metade do século XVII, até que a persistência da diminuição demográfica e a crescente segurança política e econômica da estrutura de poder colonial se combinaram, colocando fim à perseguição. [...] aparentemente, a partir do século XVIII, os inquisidores consideravam que elas (crenças religiosas e morais da população) já não representavam um perigo para o domínio colonial (Federici, 2017, p. 421).

Compreende-se que, apesar da intensa exploração dos povos originários, o acúmulo de riquezas permaneceu aquém das expectativas europeias, em razão da

resistência e dispersão dessas populações, o que dificultava a concentração de mão de obra em escala suficiente. Para maximizar o excedente produtivo e reduzir as possibilidades de revoltas e rebeliões, intensificou-se o tráfico de pessoas escravizadas da África para o território que hoje conhecemos como América Latina, com destaque para o Brasil. A consolidação da dominação europeia, no entanto, não se restringiu à implementação de um sistema de trabalho exploratório e exaustivo, mas exigiu também a criação de um complexo aparato de controle moral, cultural e intelectual, ao qual tanto os povos africanos traficados quanto os povos originários foram submetidos.

Durante a colonização da América Latina, a Inquisição atuou como uma ferramenta de dominação colonial, utilizando acusações de bruxaria e idolatria para justificar a repressão contra mulheres indígenas e africanas. Essas mulheres, detentoras de saberes tradicionais ligados à espiritualidade, medicina e organização comunitária, foram alvos preferenciais de perseguições, uma vez que suas práticas eram consideradas incompatíveis com os valores cristãos impostos pelos colonizadores. Além de deslegitimar suas culturas, a Inquisição reforçou estereótipos de gênero que retratavam essas mulheres como inferiores, perigosas ou subversivas, legitimando práticas de violência e controle sobre seus corpos e vidas. Essa repressão contribuiu para a imposição de uma estrutura social patriarcal e racializada, eliminando sistemas tradicionais de organização e autonomia feminina e perpetuando desigualdades de gênero e raça na sociedade colonial.

Aprende-se, portanto, que a colonização na América Latina agiu como um enorme processo de imposição cultural, política e religiosa, submetendo as liberdades das mulheres e dos povos não-europeus, principalmente através da violência bruta e da moralidade. De acordo com Assis,

Ao lançar luz sobre o lado obscuro da modernidade, o paradigma colonialidade-modernidade clarifica que os diferentes discursos históricos (evangelização, civilização, modernização, desenvolvimento e globalização) procuram sustentar a concepção arbitrária de que há um padrão civilizatório que é, simultaneamente, superior e normal (Lander, 2000). No receituário clássico da modernidade, bem como nos desdobramentos hodiernos do capitalismo, duas alternativas infernais (Stengers; Pignarre, 2005) têm sido infligidas aos povos subalternizados: uma decorre da completa aniquilação e a outra, da civilização imposta (Assis, 2014, p. 615).

Esse processo teve como consequência, também, a privação das mulheres ao espaço público, que se torna hostil para elas. Destarte, delineia-se a maneira como a colonização ainda impacta a vida das mulheres na atualidade: pela permanência de uma estrutura que dividiu sociedades e comunidades através da imposição de uma visão

ideológica binária de gênero, implantando padrões de trabalho e comportamento a serem seguidos, sustentados por uma série de opressões. Através da análise de Lugones, podemos observar que a hierarquização de gênero está alinhada à hierarquização racial e toda uma estrutura de exploração e apropriação do trabalho humano e dos recursos naturais. Dentro dessa hierarquia, as mulheres indígenas e negras foram frequentemente desumanizadas, violadas e exploradas, sendo vistas como inferiores e relegadas a papéis subalternos que atendiam às necessidades dos colonizadores, inclusive sexualmente. A divisão sexual do trabalho e a imposição da heteronormatividade também foram formas de controle que reforçaram as relações de poder e serviram aos interesses coloniais, através da garantia da reprodução de uma mão de obra escravizada e barata.

É de extrema importância averiguarmos o trabalho de uma das mais importantes pensadoras brasileiras, Lélia Gonzalez, mulher preta que trouxe inúmeras contribuições para o movimento negro e para o feminismo latino-americano. A pensadora analisa o Brasil em termos sociais, culturais e históricos e enquadra o racismo e o sexismo como problemas estruturais, indissociáveis um do outro por comporem a “cosmovisão euro cristã”, que é patriarcal, sexista e racista. Ao criar a categoria “América Ladina”, Gonzalez busca uma estratégia para valorizar a ligação entre Brasil com o restante do continente americano e com a África, através das marcas de uma história em comum, que está presente em todos os âmbitos da nossa existência e ressoa em nossas culturas, costumes, religiosidades e na própria linguagem. Para a autora, o que hoje identificamos enquanto povo brasileiro é indissociável da produção cultural negra e indígena, com similaridades estruturais por todo o continente americano. Gonzalez exprime que:

se a gente detém o olhar em determinados aspectos da chamada cultura brasileira a gente saca que em suas manifestações mais ou menos conscientes ela oculta, revelando, as marcas da africanidade que a constituem. (Como é que pode?) Seguindo por aí, a gente também pode apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como os diferentes modos de rejeição/integração de seu papel. Por isso, a gente vai trabalhar com duas noções que ajudarão a sacar o que a gente pretende caracterizar. A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que a memória inclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência. O que a gente vai tentar é sacar esse jogo aí, das duas, também chamado de dialética. E, no que se refere à gente, à crioula, a gente saca que a consciência faz tudo prá nossa história ser esquecida, tirada

de cena. E apela pra tudo nesse sentido. Só que isso tá aí... e fala (Gonzalez, 1980, p. 226).

Lélia Gonzalez explora a presença das influências africanas na cultura brasileira e o papel da mulher negra nesse processo, abordando também a complexa relação entre consciência e memória. Gonzalez propõe que a cultura brasileira, mesmo quando aparenta rejeitar ou invisibilizar essas influências, inevitavelmente carrega marcas profundas de africanidade que, embora ocultas, se revelam em diversos aspectos culturais. A noção de consciência, para Gonzalez, refere-se a um estado de encobrimento e esquecimento, marcado por alienação e até pelo saber moldado pela ideologia dominante, que dita a "verdade" cultural de uma maneira que oculta influências afro-brasileiras. Esse discurso da consciência atua para suprimir e rejeitar as contribuições africanas e as narrativas negras, que poderiam desafiar as bases do que é percebido como "cultura brasileira". Por outro lado, a memória representa um não-saber que, paradoxalmente, retém um conhecimento profundo e subjacente, mesmo sem estar explicitamente registrado, sendo o local onde as histórias não escritas permanecem e onde verdades ocultas se manifestam, atuando como uma contracorrente ao discurso dominante. Gonzalez descreve a memória como resistente e criativa, com "astúcias" e "jogo de cintura", resistindo ao apagamento imposto pela consciência dominante e revelando-se por meio das lacunas e falhas desse discurso.

Gonzalez faz críticas ao “véu ideológico do branqueamento”, estrutura que construiria essa consciência ao encobrir as contribuições culturais, linguísticas e religiosas africanas ao Brasil. Destarte, a autora aborda o papel central do racismo como instrumento de dominação colonial e sua perpetuação nas estruturas sociais e culturais da América Latina. De acordo com Gonzalez,

Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenhará um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. [...] As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas da classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante. [...] O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (Gonzalez, 1988, p. 130-1).

A classificação racial hierárquica imposta durante a colonização não era apenas econômica ou política, mas também profundamente simbólica, composta de mecanismos para articular a internalização da ideia de superioridade do colonizador. Essas estruturas hierárquicas muitas vezes não adotam formas explícitas de segregação, no entanto garantem a manutenção do poder branco por meio de ideologias sutis e eficazes, reforçando o controle e a exploração. A ideologia do branqueamento, destacada pela autora, é uma dessas estratégias e promove a ideia de que, quanto mais próximo se estivesse dos padrões brancos ocidentais, maior seria o valor social e econômico de uma pessoa. Essa ideologia foi amplamente disseminada por aparelhos ideológicos como a mídia e a educação, naturalizou a hegemonia branca e desvalorizou os saberes, culturas e estéticas negras e indígenas.

O racismo velado é descrito por Gonzalez como uma forma "sofisticada" de preconceito racial, porque opera de maneira indireta, muitas vezes mascarando suas próprias dinâmicas. Isso torna mais difícil combatê-lo, pois se apresenta como uma ideologia "natural" e "universal", enquanto continua a marginalizar populações não brancas e a relegá-las a posições subordinadas na sociedade. A análise de Gonzalez nos chama a atenção para a necessidade de desconstruir essas ideologias racistas e questionar as bases eurocêntricas que sustentam as desigualdades raciais e sociais na América Latina até os dias de hoje.

Durante a construção do trabalho, notou-se repetidas vezes que uma das heranças mais fortes da colonização é a invisibilização do trabalho feminino doméstico e de cuidado. Dado que a presente pesquisa não foi realizada na metodologia marxista, não se almejou um enfoque no viés econômico; no entanto, não é possível ignorar o fato de que o sistema capitalista gira em torno do lucro acima de tudo, inclusive da vida. Para a acumulação dessa riqueza é necessária uma exploração do trabalho em larga escala. E como isso afeta as mulheres? Bom, todas as pessoas, independente de gênero ou local de atuação na sociedade, passam pela gestação, pelo parto e por todo o trabalho de criação e educação, que é principalmente feminino. Esse trabalho é classificado como "invisível" porque é visto como um "ato de amor" da mulher para com sua família - marido, filhos e membros idosos da família que necessitam de cuidados - evidenciando-se o afastamento das relações comunitárias para uma retenção das mulheres ao espaço doméstico, daí se dá também a atribuição de tantos adjetivos amorosos à "natureza" da mulher. De tal maneira, segundo Federici, o que se concretiza

é a própria reprodução e criação da força de trabalho necessária ao capitalismo, como forma de trabalho não remunerado.

Lélia Gonzalez aponta para a interconexão entre raça e gênero na divisão do trabalho, destacando a marginalização das mulheres negras em setores da economia e a invisibilidade de seu trabalho. Essa análise pode ser profundamente relacionada à categoria de trabalho invisível, que se refere a todas as atividades laborais que, embora essenciais para o funcionamento da sociedade, são desvalorizadas, não reconhecidas ou pouco visibilizadas. Para Lélia Gonzalez:

Se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela (a mulher negra) só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal? (**Gonzalez, 1980, p. 233**).

Gonzalez questiona por que as mulheres negras são frequentemente alocadas em funções que as mantêm à margem da visibilidade social e da interação com o público, como cozinheiras, arrumadeiras, faxineiras ou serventes. Essas profissões, embora fundamentais, não são reconhecidas como "trabalho produtivo" no sentido tradicional, ou seja, não são vistas como dignas de valorização ou atenção. O trabalho das mulheres negras, assim, torna-se invisível, tanto no mercado de trabalho formal quanto nas relações sociais mais amplas. A referência a "boa aparência" nos anúncios de emprego também ilustra como o racismo e o sexismo se entrelaçam, criando padrões de beleza e comportamento que excluem as mulheres negras de posições de destaque e poder e transformam seus corpos em objetos vexatórios.

A segregação dessas mulheres nas funções domésticas ou de limpeza é um reflexo de uma estrutura racial e de gênero profundamente desigual, onde as mulheres negras são vistas como inferiores, sendo estigmatizadas e relegadas a posições subalternas e mal remuneradas. Além disso, ao serem invisibilizadas nas ocupações que desempenham, suas contribuições são desvalorizadas, reforçando a ideia de que certos trabalhos – embora vitais para a manutenção da sociedade – não merecem reconhecimento ou respeito. Essa invisibilidade não é apenas uma característica do mercado de trabalho, mas também se estende à forma como as mulheres negras são tratadas na sociedade em geral, sendo frequentemente desconsideradas em termos de direitos, dignidade e cidadania. O conceito de trabalho invisível aqui se torna uma

poderosa ferramenta para entender a dinâmica de exploração e exclusão que as mulheres negras enfrentam, tanto no mercado de trabalho quanto na estrutura social mais ampla.

Por fim, passamos ao último tópico do desenvolvimento, que analisa as estratégias de resistência formuladas e empregadas pelas mulheres para sobreviver a toda a opressão colonial exposta.

### **Resistências femininas**

Este tópico aborda o papel significativo das mulheres na resistência contra modelos colonizadores. Essa resistência assumiu diversas formas, variando de acordo com os papéis sociais que cada mulher desempenhava, estando expressa, por exemplo, na organização de rebeliões e motins, em fugas, assassinatos de senhores, sabotagem ao trabalho, suicídios, e também nas ações do cotidiano, onde mantinham vivas as tradições religiosas e culturais. A maternidade também se destaca como um meio de resistência através da transmissão de valores para as gerações futuras. Tais estratégias foram observadas pelos autores analisados, conforme evidenciado a seguir.

Colling e Tedeschi (2015) destacam que a resistência da mulher negra escravizada sucedia-se por meios diversos, desde boicotes aos serviços domésticos e agrícolas, uso de brechas da lei como a Carta de Alforria até assassinatos de senhores e senhoras. É fundamental ressaltar que essas mulheres eram alvos frequentes de violências física e sexual, assim, em alguns casos a mulher negra escravizada utilizava sua sexualidade como estratégia de sobrevivência e era também constante a ocorrência de abortos e suicídios. As fugas são uma estratégia já mais conhecida e aconteciam tanto individualmente quanto em grupos, rumo a quilombos ou às cidades.

A análise também se alinha ao pensamento de Gonzalez (2020), que enfatiza o papel da maternidade na figura da "mãe preta", responsável pela amamentação, educação e socialização de crianças brancas, enquanto a mãe branca se caracterizava como uma "fábrica de filhos". Para González, a "mãe preta" exerceu a função materna e introduziu as crianças brancas na cultura da sociedade em questão, porém permeada por sua própria cultura, espiritualidade e com referências aos seus próprios antepassados.

Dessa forma, as mães pretas transmitiram para o inconsciente brasileiro uma negritude tão presente quanto oculta pelo véu ideológico do branqueamento, tendo como repercussão, por exemplo, o idioma falado no Brasil. De acordo com Gonzalez, não falamos o português como o de Portugal, mas sim o "pretuguês" - um português

com marcas africanizadas, herança das línguas faladas pelos escravizados. Esse impacto se estende muito além da fala, e as marcas da africanidade estão presentes em muitos aspectos da nossa cultura, valores e costumes, assim como as marcas do racismo e da colonização. A autora ressalta, inclusive, que estamos culturalmente muito mais inseridos dentro de culturas afro-brasileiras e indígenas, ou amefricanas, do que aproximados de culturas europeias.

como já dissemos no início, as africanas eram muito valorizadas, e ainda são, enquanto mães. Por isso não é de se estranhar que, no Brasil, as escravas tenham lutado por manter a dignidade da função materna, até mesmo quando a exerciam com crianças brancas. Com sua força moral, tudo fizeram para sustentar seus companheiros e tratar da sobrevivência dos filhos, educando-os nas mais precárias condições de existência. Com isso, mantiveram viva a chama dos valores culturais afro-brasileiros, que transmitiram a seus descendentes. E nisso também influenciaram mulheres e homens brancos, a quem aleitaram e educaram. Graças a elas, apesar de todo o racismo vigente, os brasileiros falam “preteguês” (o português africanizado) e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termos de cultura: o samba, a feijoada, a descontração, a ginga ou jogo de cintura etc. É por essa razão que as “mães” e as “tias” são tão respeitadas dentro da comunidade negra, apesar de todos os pesares” (Gonzalez, 1980, p. 203)

Para autoras como Gonzalez e Aurora, a religiosidade também se concretiza enquanto uma forma de resistência. Tendo em vista que o cristianismo surgiu no contexto de uma sociedade extremamente patriarcal, onde a mulher não tem vez e está sempre na periferia e que, no processo de escravização e colonização, o cristianismo teve que se confrontar com religiões onde a figura feminina possuía lugar e era extremamente valorizada, a manutenção das religiões afrodescendentes - com um papel feminino muito forte - é uma das estratégias mais sólidas de combate a colonização e a colonialidade. Mesmo com séculos de combate, religiões afro descendentes seguem firmes e em crescimento no Brasil, num processo de retomada das origens do povo negro, fora da lógica eurocristã.

Há uma forte similaridade com o contexto dos povos indígenas, que discutiremos a partir do seguinte trecho, no qual Silvia Federici analisa a importância da organização das mulheres na resistência anticolonial.

A caça às bruxas, porém, não destruiu a resistência dos povos colonizados. O vínculo dos índios americanos com a terra, com as religiões locais e com a natureza sobreviveu à perseguição devido principalmente à luta das mulheres, proporcionando uma fonte de resistência anticolonial e anticapitalista durante mais de quinhentos anos. Isso é extremamente importante para nós no momento em que assistimos a um novo assalto aos recursos e às formas de existência das populações indígenas por todo o mundo (Federici, 2017, p. 390).

Federici observa que, apesar da perseguição, o vínculo dos povos originários com a terra e com as tradições religiosas resistiu, principalmente devido à atuação das mulheres, o que proporcionou uma forte base de resistência anticolonial e anticapitalista que perdurou por mais de cinco séculos. A autora relaciona essa perseguição à luta anticolonial contemporânea, sugerindo que a resistência feminina ainda carrega essa herança de força e resistência, com mulheres preservando culturas e saberes que desafiam o sistema capitalista e suas raízes coloniais.

A visão de Federici se conecta à de Aurora, que ressalta a sabedoria tradicional de seu povo, Baniwa. De acordo com Aurora, a percepção das mulheres Baniwa é de que o controle feminino é uma ferramenta colonial essencial, pois as mulheres são as responsáveis pela continuidade do povo através da transmissão de seus valores, práticas e saberes entre gerações. Para os povos indígenas, a resistência das mulheres é, então, vital para a manutenção da harmonia, do equilíbrio, da própria vida.

Segundo as mulheres mais experientes do meu povo, a saúde e bem-estar passam pela forma como nos alimentamos, como cuidamos do nosso corpo, e pela forma como cultivamos os conhecimentos e saberes indígenas recebidos na nossa formação. Esses saberes geram gentilezas e alegrias, e devem ser transmitidas dentro das comunidades ou aonde se estiver. De acordo com elas, as mulheres são as que mais necessitam de controle, pois são as que viabilizam a continuação do povo (**Aurora, 2019, p. 114**).

Essas análises mostram que as mulheres desenvolveram diversas estratégias de resistência ao colonialismo, preservando, na medida do possível, suas culturas, espiritualidades e valores. Foram simultaneamente vítimas e protagonistas na luta contra a colonização. Graças a essas lutas, a América Latina, ou Améfrica Ladina, apresenta hoje uma diversidade cultural e religiosa imensa. Apesar das conquistas alcançadas em relação ao período colonial, a busca por igualdade, liberdade, autonomia e pelo direito de autodeterminação dos povos permanece em decorrência e vem sofrendo inúmeros ataques e tentativas de retrocessos nos últimos tempos.

Dessa forma, nós, mulheres, enfrentamos um sistema que não apenas perpetua nossa exploração no trabalho, mas também opera no imaginário social e nas estruturas de dominação, construindo uma hierarquia racial e de gênero. A resistência contra esse sistema é, portanto, uma luta pela própria identidade e dignidade, onde as vozes e culturas dos povos oprimidos, marginalizados ao longo da história, buscam reconhecimento e protagonismo. Conforme essas autoras mostram, a luta das mulheres afro brasileiras e indígenas pela recuperação de sua história e cultura é essencial para romper com a colonialidade que ainda estrutura a sociedade latino-americana. As

estratégias de resistência, que vão desde o resgate das práticas culturais até o questionamento das hierarquizações sexuais e raciais impostas pelo colonialismo, são fundamentais para construir uma sociedade mais justa e diversa.

### **Considerações Finais**

A partir das reflexões aqui apresentadas, percebeu-se que os impactos da colonização na América Latina afetou, e segue afetando através da colonialidade, as mulheres em todos os âmbitos da realidade, percebidos desde a definição dos papéis de gênero, o entendimento que possuímos sobre essa divisão e a maneira que nos relacionamos uns com os outros por conta dela. Seu impacto mostra-se presente também através das formas de violência contra a mulher (moral, psicológica, patrimonial, sexual ou física), na vivência do assédio e da insegurança nos espaços públicos, nas taxas de estupro, feminicídio, nos índices de desigualdade educacional e salarial, dentre outros.

Dado os objetivos iniciais e os obstáculos encontrados ao longo da pesquisa, entende-se que essa não foi totalmente conclusiva, mas sim expôs reflexões que abrem diversas possibilidades de estudos mais específicos ou aprofundados. Evidencia-se o importante papel da ciência histórica de olhar para os problemas existentes na contemporaneidade e procurar entender sua construção a partir do passado.

Conclui-se que, no contexto do projeto colonial, as religiões cristãs, tanto católica quanto protestante, desempenharam um papel central como aparato ideológico para legitimar e viabilizar perseguições contra mulheres, relações comunitárias, bem como contra religiões e culturas originárias e africanas na América Latina. Essas crenças religiosas não apenas justificaram os processos violentos de colonização e escravização, mas também foram instrumentalizadas para impor valores e práticas eurocêntricas, promovendo a desestruturação de sistemas culturais e espirituais locais. Assim, a religião funcionou como uma ferramenta de dominação que naturalizou desigualdades e consolidou as hierarquias de poder impostas pelo colonialismo.

Compreendeu-se que a desigualdade racial se conecta com a desigualdade de gênero exatamente porque elas estão estruturalmente conectadas desde a sua gênese, assim como a todas as outras formas de opressão existentes na atualidade, até mesmo a forma de divisão e apropriação da terra pois, juntas, essas categorias sustentam um sistema de enriquecimento de uma elite colonial. Por conta disso, as mulheres amefricanas, ou seja, as mulheres indígenas originárias da América, mulheres africanas

que foram traficadas para escravização, suas descendentes e mulheres mestiças empobrecidas foram as mais afetadas pela violência colonial.

É pertinente ressaltar a contribuição de Maria Lugones, cujas análises ampliaram a compreensão das interseccionalidades de raça, gênero, classe e sexualidade no sistema colonial moderno. Lugones mostrou como o colonialismo não apenas impôs hierarquias de gênero e raça, mas também desestruturou modos de vida comunitários ao impor uma normatividade patriarcal e heterossexual. Sua perspectiva oferece um caminho para repensar as heranças coloniais que ainda moldam a vida das mulheres na América Latina. Este trabalho dialoga com sua proposta de feminismo descolonial, evidenciando que os sistemas de opressão, naturalizados no período colonial, continuam a ser enfrentados através de práticas de resistência que valorizam as histórias e as identidades silenciadas, especialmente das mulheres indígenas e negras.

Constatou-se que a imposição de uma divisão sexual do trabalho no início da Idade Moderna almejou controlar a força de trabalho dos corpos e das funções reprodutivas femininas, criando uma cisão nos modos de vida comunitário e impondo um modelo de família patriarcal cristão - marido, na posição de chefe, mulher e filho - onde a mulher deve ficar retida ao ambiente doméstico e ser responsável pelo trabalho de limpeza, manutenção do lar e de cuidado em suprir as necessidades dos outros membros da família. Durante a Colonização do que hoje conhecemos como América Latina, essa estrutura é forçada para as sociedades originárias, objetivando destruir diferentes modos de existência que prevaleciam na América pré-colombiana e os substituir pela moral cristã europeia, heterossexual e patriarcal. Compreende-se que esse processo foi essencial para a construção do sistema capitalista, pois enriqueceu rapidamente os colonizadores enquanto criou a divisão das classes marcada pela desigualdade social, racial e de gênero, definindo bases do mundo contemporâneo.

Em suma, o impacto do projeto colonial é contínuo e estrutural, configurando uma “colonialidade de gênero” que associa mulheres racializadas a papéis subalternos e preserva uma divisão desigual do poder. Isso segue sendo uma barreira para a emancipação plena das mulheres na América Latina, afetando suas possibilidades de educação, trabalho e participação política, e perpetuando um sistema de exploração ainda dominante na sociedade atual.

Por outro lado, a resistência das mulheres indígenas e afro-brasileiras foi e continua sendo um elemento crucial na luta contra a colonialidade, sustentando uma contraposição ao sistema colonial e às suas ramificações sociais, culturais e políticas

que perduram até hoje. Em contextos de opressão colonial, essas mulheres assumiram a liderança na preservação e transmissão de saberes ancestrais, culturas, línguas e valores que contrastam com o modelo hegemônico imposto pela colonização. Entre as mulheres indígenas, a resistência se expressa na defesa dos territórios, na proteção da natureza e na preservação das tradições culturais e espirituais, desempenhando um papel fundamental na educação e transmissão de outros conhecimentos às novas gerações, assegurando que a identidade indígena e seus valores não se percam. Essas mulheres atuam desde sempre como guardiãs da relação sagrada com a terra e com os recursos naturais, combatendo o extrativismo e a destruição ambiental que frequentemente acompanham os processos coloniais. Para as mulheres afro-brasileiras, a resistência foi central na luta contra a desumanização e o racismo sistemático que surgiram com a escravidão e continuam a operar nas estruturas sociais. Essas mulheres foram responsáveis por preservar religiões e práticas culturais africanas, mesmo sob a repressão violenta que buscava apagá-las.

Mas essas mulheres amefricanas não foram apenas resistência, pois muito antes da colonização e da escravização elas já possuíam formas próprias de conhecimentos, sabedorias ancestrais, organização, cultura e espiritualidade. Assim, essas mulheres foram saberes, amores, festejos, música, dança e fé, viveram, foram a vida e transmitiram ela adiante. Na prática cotidiana, elas usaram a maternidade, a arte, a espiritualidade e as redes de solidariedade para sustentar suas comunidades e promover a continuidade dos valores e conhecimentos indígenas e afro-brasileiros. A preservação de tradições, como as danças, a culinária, a música e os rituais, fortaleceu essas identidades que, mesmo marginalizadas, exercem grande influência na formação da cultura brasileira.

Apesar das temporalidades diferentes e das muitas mudanças sociais, culturais, tecnológicas, entre outras, foi possível verificar algumas permanências na História das mulheres, tendo em vista que ainda temos números alarmantes de casos de violência extrema como o feminicídio, o assédio e a violência sexual na América Latina. Isso se expressa também no viés do trabalho, dada as duplas ou triplas jornadas enfrentadas pelas mulheres, que ainda recebem de forma desigual em relação aos homens, ou sequer são pagas, como no caso do trabalho doméstico e de cuidado. Dessa forma, as mulheres seguem sendo expulsas do espaço público e muitas vezes enfrentam violências dentro da própria casa, no núcleo familiar, lidando com a sobrecarga e sendo impedidas do acesso a seus direitos básicos nos espaços público e privado.

As mulheres africanas desafiam a colonialidade na contemporaneidade através da reivindicação de direitos e igualdade nos campos político, social, cultural, religioso e econômico. Elas impulsionam movimentos de luta por justiça social, terras, direitos civis e respeito às diferenças culturais e religiosas e contribuem, portanto, para desmontar a ideologia da colonialidade e propor novas formas de existência que valorizam a diversidade e a equidade, questionando as estruturas patriarcais e racistas do poder colonial que ainda impactam suas vidas e suas comunidades. Essa luta vai além da preservação cultural, propondo modelos de autonomia e convivência que confrontam diretamente os modos de apropriação da terra, as hierarquias de gênero, raça e classe estabelecidas pela colonização, além de defender o direito de autodeterminação dos povos.

Entende-se, portanto, a necessidade da valorização das mulheres em sociedade, juntamente ao enfrentamento às hierarquias raciais e de gênero e da preservação da diversidade cultural latino americana, como processo essencial enquanto forma de resistência dos povos. No contexto da crise climática, se almejamos a sobrevivência, é urgente a adoção de novas normas sociais, com um modelo de vida sustentável, comunitário, integrado à natureza e que respeite as diferenças, sejam elas sexuais, físicas, culturais ou religiosas. O futuro é agora.

## **Referências**

- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 1974. Editora Brasiliense S.A. - 1º edição. São Paulo, 1985.
- ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada, 3 : da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004. 636 p., [16] p. de estampas ISBN 8571641633.
- ASSIS, Wendell F. T. **Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo**. CADERNO CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, Set./Dez. 2014.
- AURORA, Brulina. **A colonização sobre as mulheres indígenas: reflexão sobre cuidados com o corpo**. Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas, v. 22, n. 1. Brasília: UNB, jan/abril 2019, p. 109-115.

BIDASECA, Karina. **Maria Lugones**. Enciclopédia Mulheres na Filosofia. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/maria-lugones/>. Acesso em: 08/11/2024.

CEPAL. **CEPAL: Ao menos 4.473 mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e no Caribe em 2021**. ONU, 2022. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-menos-4473-mulheres-foram-vitimas-feminicidio-america-latina-caribe-2021>. Acesso em: 25/07/2024.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro A. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. 1969. Editora Perspectiva - 4º edição. São Paulo, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: volume 2 : formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2016. 307 p. ISBN 9788571102576

FALCON, Francisco. **Mercantilismo e transição**. 15. ed. - Brasiliense, 1991. ISBN: 85-17-02007-1

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. tradução coletivo Sycorax - 2. ed. - São Paulo: Elefante, 2023.

FIGUEIREDO, Patrícia. **Brasil foi o local que mais recebeu escravos nas Américas**. Pública: Agência de Jornalismo Investigativo. Disponível em: [https://apublica.org/checagem/2018/08/truco-brasil-foi-o-local-que-mais-recebeu-escravos-nas-americas/#\\_](https://apublica.org/checagem/2018/08/truco-brasil-foi-o-local-que-mais-recebeu-escravos-nas-americas/#_). Publicado em: 22/08/2018. Acesso em: 22/07/2024.

FONTES, Jean. **Colonialidade, invenção do dualismo sexual e da binaridade de gênero**. Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eWTj1IH3a0M>. Acesso em: 28/05/2024. Acesso em: 22/07/2024.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora Paz e Terra, 1º edição. Rio de Janeiro, 1986.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Editora Zahar, 375 p. - Rio Janeiro, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, Marina B. **Colonização Dos Corpos: Ensaio Sobre O Público E O Privado. Patriarcalismo, Patrimonialismo, Personalismo e Violência Contra as Mulheres na Formação Do Brasil.** PUC: Rio de Janeiro, PPGDireito, abril de 2010.

LARAIA, R. de Barros. **Cultura: um conceito antropológico** – 21.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2007.

LUGONES, María. **Colonialidade e Gênero.** In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje.* Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial.** University of New York, 2010 - *Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.*

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. **Colonialidade, Modernidade e Decolonialidade: Da Naturalização da Guerra à Violência Sistêmica.** UERJ, Rio de Janeiro: *Intellèctus*, 2021.

NICOCELI, Artur; g1. **Brasil registra 1.463 feminicídios em 2023, alta de 1,6% em relação a 2022.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/07/brasil-femicidios-em-2023.ghtml>. Publicado em: 07/03/2024. Acesso em: 01/10/2024.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Considerações sobre o sentido da colonização.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 6, p. 54-65, 1969. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i6p55-65>. Acesso em: 16 nov. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário.** São Paulo: Rev. Bras. de Hist. – V.15, n.29. 1995, p. 9 – 27.

PIRES, Luiza Nassif; Instituto de Economia. **Trabalho ‘invisível’ pode acrescentar 8,6% ao PIB, aponta estudo.** UNICAMP. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/midia/trabalho-invisivel-pode-acrescentar-ao-pib-aponta-estudo#:~:text=Tema%20que%20ganhou%20visibilidade%20nacional%20ap%C3%B3s>. Publicado em: 04/12/2023. Acesso em: 01/10/2024.

QG Feminista; ROSSI, A. **O que é divisão sexual do trabalho?** Disponível em: <https://qgfeminista.org/o-que-e-divisao-sexual-do-trabalho/>. Acesso em: 30 out. 2024.

SEGATO, Rita. **Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.** e-cadernos CES [Online], publicado em 01/12/2012, consultado em 28/06/2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>. Aceso em: 20/05/2024

TV Boitempo. **SILVIA FEDERICI | Eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado.** In: Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bFSI4nEB6jI>. Publicado em: 06/07/2020. Acesso em: 29/09/2024.

YOUTUBE. **Maria Lugones - Colonialidade e Gênero | MaRIas - IRI USP.** Encontro do Grupo de Pesquisa em Gênero e Relações Internacionais (MaRIas). Coordenação: Laira Tenca (IPOL-UnB). Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pyrE1GDsVC4&t=3654s>. Transmitido em: 02/06/2021.